

ECONOMIA

CONJUNTURA

Economia - Brasil

Agência de classificação não dá ao país status de porto seguro para investidores por considerar gastos e dívida pública muito altos

Moody's: risco no Brasil

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Quase uma semana depois de a agência de classificação de risco Standard & Poor's conceder ao Brasil o almejado grau de investimento (investment grade), a Moody's explicou ontem oficialmente por que ainda não seguiu o exemplo de sua concorrente. Em relatório sobre o país, a agência citou o aumento dos gastos e da dívida pública em níveis persistentemente altos como os principais empecilhos para a elevação da nota. Uma das três grandes empresas do setor, a Moody's ainda avalia o Brasil como um lugar de risco para investimentos estrangeiros.

Por enquanto, a classificação de risco da Moody's para o Brasil é Ba1, o último passo antes do grau de investimento, nota que dá ao país detentor o status de porto seguro para os investidores. Coordenado por um dos vice-presidentes da instituição, Mauro Leos, o relatório elogia avanços obtidos pela política econômica nos últimos anos, como a diminuição das vulnerabilidades externas do país, tornada possível pelo aumento das exportações e das reservas internacionais. Mas ressalta que a situação fiscal, apesar dos esforços bem-sucedidos do governo em direção ao equilíbrio das contas, inspira cuidados.

"A informação disponível confirma o que os indicadores

da dívida pública do Brasil estão fora de linha com os parâmetros para grau de investimento", avaliam os técnicos da agência no relatório. "Nessas condições, a ausência de fatores que possam de fato compensar os riscos associados ao relativamente alto débito governamental constrange as perspectivas de uma melhora no rating." Segundo a nota, o fato de "parcela significativa" da dívida vencer num prazo inferior a 12 meses representa dificuldade para a rolagem dos títulos.

Segundo o último balanço do Tesouro Nacional, o estoque da dívida federal era de R\$ 1,356 trilhão ao final de março. Desse total, 28,7% vencem em até 12 meses, período considerado curto prazo. Os técnicos apontaram

outras limitações, como "impedimentos estruturais" e ajustes no Orçamento da União, visto que os gastos previdenciários estariam por trás da tendência de crescimento das despesas primárias do governo. A agência cita a alta dos gastos federais de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 para 18% em 2007.

Ainda assim, a Moody's elogia a redução da dívida consolidada do setor público, que engloba União, estados, municípios e estatais, de 58,4% do PIB em 2003 para 55,6% em 2007. Para que a classificação brasileira melhore, entretanto, é necessário que haja avanços adicionais no ajuste fiscal, que contribuiriam para reduzir as vulnerabilidades atuais na política econômica.